

Conhecimento de discentes e enfermeiros acerca da política nacional dos direitos LGBT+**Knowledge of discents and nurses about the national policy on LGBT rights+**

DOI:10.34117/bjdv6n10-069

Recebimento dos originais:01/10/2020

Aceitação para publicação:05/10/2020

Ruth Cristini Torres

Enfermeira. Doutora em saúde e ambiente (unit/se)

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: ruthcristini@gmail.com

Paulo Henrique Santana Feitosa Sousa

Enfermeiro. Mba em saúde mental e atenção psicossocial, urgência e unidade de terapia intensiva

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: paulo.henrique@hotmail.com

Maria Morgana Lima Silva

Enfermeira. Mba em saúde da família

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: morganalimasilva@hotmail.com

Marcel Vinicius Cunha Azevedo

Enfermeiro. Doutorando em biotecnologia (unit/se)

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: marcel.azevedo@estacio.br

André Luiz De Jesus Moraes

Enfermeiro. Mestre em saúde e ambiente (ufs/se)

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: enfermeiro.andre@hotmail.com

Ana Fátima Souza Melo De Andrade

Enfermeira. Mestre em saúde e ambiente (unit/se)

Instituição: centro universitário estácio de sergipe

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: anafatimamelo@hotmail.com

Arinaldo De Jesus Ribeiro

Graduado em enfermagem (estácio/se)

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: arinaldoribeiro20@gmail.com

Magna Cristine De Sousa

Graduada em enfermagem (estácio/se)

Endereço: r. Teixeira de freitas, 10 - salgado filho, aracaju - se, 49020-490

E-mail: sousamagna36@outlook.com

RESUMO

Objetivou-se avaliar o conhecimento de discentes e enfermeiros acerca da política nacional dos direitos LGBT+, bem como, realizar educação em saúde como proposta educativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória com abordagem educativa, realizada em uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Sergipe. A amostra foi composta por discentes do curso de graduação em enfermagem e professores enfermeiros do curso. A coleta de dados ocorreu por meio de um instrumento criado pelos pesquisadores logo após a realização do Workshop. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Participaram do Workshop 63 sujeitos e apenas 52,38% responderam à pesquisa de opinião. 36,37% demonstrou saber da existência da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT. A maioria (66,66%), ficaram satisfeitos com a abordagem do Workshop e 33,34% citaram sentir a necessidade de alguns assuntos. 78,78% se sentiu melhor preparado para atender aos usuários LGBT+ após a intervenção e 72,72% demonstraram pretensão em multiplicar os conhecimentos adquirido. Ao considerar que o assunto abordado na educação em saúde é de relevância social, sugere-se que novos estudos sejam realizados acerca deste tema com o intuito de apresentar novas informações e dados, contribuindo para que a sociedade tenha um conhecimento maior acerca da temática.

Palavras-chave: Minorias sexuais, Atenção primária, Capacitação profissional.

ABSTRACT

The objective was to evaluate the knowledge of students and nurses about the national policy of LGBT + rights, as well as to carry out health education as an educational proposal. This is a descriptive, exploratory study with an educational approach, carried out at a Higher Education Institution (HEI) in Sergipe. The sample consisted of students of the undergraduate nursing course and nurse professors of the course. Data collection took place using an instrument created by the researchers shortly after the Workshop. The study was approved by the Research Ethics Committee. 63 subjects participated in the Workshop and only 52.38% responded to the opinion survey. 36.37% demonstrated knowledge of the existence of the National Comprehensive Health Policy for the LGBT population. Most (66.66%) were satisfied with the approach of the Workshop and 33.34% mentioned feeling the need for some issues. 78.78% felt better prepared to serve LGBT + users after the intervention and 72.72% demonstrated their intention to multiply the knowledge acquired. When considering that the subject addressed in health education is of social relevance, it is suggested that further studies be carried out on this theme in order to present new information and data, contributing to society having greater knowledge about the theme.

Keywords: Sexual minorities, Primary attention, Professional training.

1 INTRODUÇÃO

Os padrões heteronormativos preestabelecidos, que compreendem desde o comportamento, valores e pensamentos a vestimentas e cores, em que homem se relaciona com mulher e macho com fêmea, como uma prática de reprodução humana, leva a sociedade de uma forma geral a segui-los. E a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), por não se encaixar nesses padrões de heteronormatividade, acaba recebendo um tratamento pejorativo, injusto e excludente, limitando o acesso dessa população aos serviços de saúde (SILVA *et al.*, 2018; ALBUQUERQUE *et al.*, 2013).

Mediante essa realidade e a violência constante sofrida pelas pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo) percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas de combate à violência voltada para esta camada da população (PARENTE; MOREIRA; ALBUQUERQUE, 2018).

Em 2013, o Ministério da Saúde apresentou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. A Política Nacional de Saúde LGBT foi considerado um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) (2019) destaca o estigma e a discriminação como graves empecilhos para o acesso e o uso dos serviços de saúde pelo público LGBT. Silva *et al.* (2018) afirmam que a ausência de travestis e transexuais nos serviços de atenção básica de saúde ainda é preocupante já que estes serviços são vistos como a porta de entrada do SUS e considerados o maior local de permanência do usuário, a ausência destes indivíduos nestes serviços limita o acesso às atividades de promoção e proteção em saúde integral.

Para garantia desse direito à saúde é imprescindível a ação da sociedade civil como um todo, e em todo esse processo estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde. Este deve ser um compromisso ético-político para todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), de seus gestores, conselheiros, de técnicos e de trabalhadores de saúde (BRASIL, 2013).

Guimarães *et al.* (2020) relatam que é preciso aprofundar o conhecimento dos profissionais de saúde sobre esse público, visando à reafirmação da garantia de direitos como usuários do SUS com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, conforme são previstos na

Constituição Federal de 1988, como também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade.

A constituição federal de 1988, Art. 3º, Inciso IV prevê que todos os cidadãos não podem sofrer nenhum tipo de preconceito, se fazendo necessárias ações de conscientização e aceitação da diversidade humana especialmente as que estão associadas aos LGBT. Com isso, é primordial evidenciar na literatura científica as ações realizadas pelo enfermeiro na implementação da Política de Saúde Integral de LGBT (QUERINO *et al.*, 2017).

O presente estudo justifica-se pela vivência dos pesquisadores durante os estágios do curso de graduação em enfermagem, onde perceberam a ausência de conhecimento dos estudantes universitários e profissionais de saúde sobre os direitos constitucionais dos usuários LGBT+, fazendo-se necessário o aprimoramento das discussões sobre a temática e a fomentação do estudo proposto.

Dessa forma, este estudo teve por objetivo avaliar o conhecimento de discentes e enfermeiros acerca da política nacional dos direitos LGBT+, bem como, realizar educação em saúde como proposta educativa.

2 MÉTODOS

2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória com abordagem educativa, realizada em uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Sergipe, através da realização do I Workshop de Atendimento de Saúde aos usuários LGBT+ no Enfrentamento da Homossexualidade. O evento contou com a participação dos seguintes profissionais: um delegado de polícia militante de direitos humanos, um enfermeiro que atua na Atenção Básica em Sergipe, uma médica terapeuta sexual e ginecologista que atua em ambulatório transexualizador e um farmacêutico, presidente de uma associação que atua sobre os direitos de transsexuais e travestis em Aracaju/SE.

A amostra foi composta por discentes do curso de graduação em enfermagem e professores enfermeiros do curso, ambos se matricularam através do sistema de informações acadêmicas (SIA) de forma gratuita. Para guiar a pesquisa, formularam-se as seguintes questões norteadoras: os profissionais de enfermagem e universitários estão capacitados para atender os usuários LGBT+? Esses sujeitos conhecem as políticas públicas que respeitam esses clientes?

2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critério de inclusão os interessados realizaram suas inscrições via SIA gratuitamente, os discentes precisavam estar devidamente matriculados e os professores apenas apresentar sua matrícula funcional. Foram excluídos da pesquisa aqueles que se negaram a participar.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Criou-se um instrumento de coleta de dados afim de responder as questões norteadoras, constituindo seguintes itens: idade, sexo, formação profissional, tempo de atuação, atendimento à paciente LGBTQ+, conhecimento sobre a política de saúde integral ao LGBTQ+, recursos audiovisuais do evento, intenção de aplicar os conhecimentos adquiridos.

2.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu no dia 01 de novembro de 2019, por meio de um instrumento criado pelos pesquisadores, logo após a realização do Workshop.

2.5 PRINCÍPIOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, e, em seguida, foi direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sendo aprovado sob o CAAE: 19479819.2.0000.8079. Os pesquisadores, responsáveis e participantes, comprometeram-se com as normas preconizadas pela Resolução CNS 466/12 e suas complementares, que tratam dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e asseguram que nenhum sujeito foi submetido à pesquisa sem ter garantida a sua privacidade e protegida a sua integridade física e moral e sem ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.6 ANÁLISE DOS DADOS

As informações obtivas nesse estudo foram armazenadas no software aplicativo Microsoft Excel 2020 e analisadas de maneira descritiva, calculando-se as frequências absolutas e relativas das variáveis estudadas.

A análise qualitativa, utilizou-se técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os sujeitos foram identificados como “S”, seguidos do número de identificação do instrumento de coleta de dados.

3 RESULTADOS

Participaram do workshop 63 sujeitos, observou-se a prevalência dos discentes de enfermagem (92,06%). Ao final da intervenção educativa, apenas 52,38% dos participantes responderam à pesquisa de opinião (**Tabela 1**).

Tabela 1. Caracterização dos participantes do I Workshop de atendimento de Saúde aos usuários LGBT+.

Participantes do Workshop	N	%
Enfermeiros/professores	05	
Discentes de enfermagem	58	92,06
Participantes da pesquisa de opinião após intervenção educativa		
Participaram		52,38
Não participaram		47,61
TOTAL	63	100

Fonte: elaboração própria, 2020.

Ao serem questionados sobre o conhecimento da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT, menos da metade (36,37%) demonstrou saber da existência dessa política. Ao avaliarem se o workshop abordou todos os temas necessários para um atendimento adequado ao usuário LGBT+, maioria (66,66%) ficaram satisfeitos, entretanto 33,34% citaram sentir a necessidade de alguns assuntos, tais como: maior abordagem sobre todas as orientações sexuais de acordo com a sigla LGBT+ e questões do âmbito jurídico. Dois relatos merecem destaque:

“Abordar a atuação do profissional no acolhimento no serviço de saúde. Desde a recepção até o atendimento final “ (S1).

“Eu gostaria que houvesse uma abordagem um pouco mais expansiva no âmbito jurídico como por exemplo: decisões judiciais sobre o nome social, inquéritos policiais da problemática” (S2).

Com relação a se sentir melhor preparado para atender aos usuários LGBT+, maioria (78,78%) demonstrou sentir-se, após o workshop, e 72,72% demonstraram pretensão em multiplicar os conhecimentos adquiridos (**Tabela 2**).

Tabela 2. Distribuição das informações sobre a política LGBT+, pretensão em multiplicar os conhecimentos adquiridos e atendimento após workshop.

Conhecimento da Política de Saúde Integral de LGBT	N	%
Conheço	12	7
Desconheço	21	63,63
Pretensão em multiplicar os conhecimentos adquiridos		
Pretendo		72,72
Não pretendo		27,28
Atendimento adequado após Workshop		

Sim		78,78
Não		21,22
Abordou todos os temas necessários para um atendimento adequado ao usuário LGBT+		
Sim		66,66
Não		33,34
TOTAL	33	100

Fonte: elaboração própria, 2020.

Figura 1. Folder educativo.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2008 e publicada pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, reafirma que a garantia ao atendimento à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão e cidadã brasileiros, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais e converge com os princípios fundadores do Sistema Único de Saúde (SUS): integralidade, universalidade e equidade. (BRASIL, 2013).

VOCÊ SABE A DIFERENÇA ENTRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade de gênero não deve ser confundida com orientação sexual. Enquanto identidade de gênero se refere a como a pessoa se identifica (masculino e/ou feminino), a orientação sexual está ligada a como a pessoa se relaciona sexual e afetivamente. Mulheres transexuais e homens trans podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.

IDENTIDADE GÊNERO

Expressão de uma identidade construída a partir de como a pessoa se reconhece e/ou se apresenta, que pode corresponder ou não ao seu corpo biológico.

ATENDENDO ÀS TRAVESTIS, MULHERES

As práticas de cuidado devem partir do reconhecimento do direito à orientação sexual e à identidade de gênero de todas as pessoas. Travestis e mulheres transexuais, mesmo quando já realizaram modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual, têm indicação de realizar exames para prevenção de câncer de próstata. Já os homens trans podem necessitar de atendimento ginecológico, tanto de caráter preventivo, como para o tratamento de problemas habituais dessa especialidade.

Quando se fala da saúde das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans é comum que venham à mente questões relacionadas às práticas sexuais, tais como as doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS/Hepatites Virais. No entanto, a sexualidade é apenas um dos aspectos da vida e da saúde dessa população. É importante lembrar que estas pessoas são também acometidas por outras enfermidades como viroses, diabetes, hipertensão, entre outras.

Tanto para travestis quanto para mulheres transexuais e homens trans, é de extrema importância o atendimento na atenção básica com acolhimento e informação adequados e, quando necessário, o encaminhamento à rede de atenção especializada para procedimentos de sua competência, garantindo, assim, uma atenção integral no SUS.



CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SERGIPE

Fontes: http://bvoms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guidar_bem_saude_populacao_trans.pdf
http://bvoms.saude.gov.br/bvs/folder/poli_ledica_gays_bissexuais_travestis.pdf

TRAVESTI

A travesti se relaciona com o mundo no gênero feminino, no que diz respeito às aparências e formas assumidas por meio do uso de hormônios feminilizantes e/ou aplicações de silicone, tendo como característica marcante a mistura das características femininas e masculinas em um mesmo corpo. Identificam-se como travestis e reivindicam a legitimidade de sua identidade para além dos parâmetros binários do masculino ou do feminino.

PROFISSIONAL DE SAÚDE

*Profissional de Saúde, a identidade de gênero e a orientação sexual são autodeclaradas. Na dúvida, pergunte como ela ou ele se vê e se relaciona com o mundo. Profissional de saúde, respeite o nome social impresso no Cartão SUS e, na dúvida, pergunte como ela (para travestis e mulheres transexuais) ou ele (para homens trans) gostaria de ser chamado(a).

ORIENTAÇÃO SEXUAL

É a capacidade de ter, sentir ou desenvolver atração e/ou relação emocional, afetiva ou sexual por outra(s) pessoa(s). A orientação sexual pode ser:

Bissexual: pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas de ambos os sexos.

Homossexual: pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas do mesmo sexo. Mulheres homossexuais são chamadas de lésbicas. Homens homossexuais são chamados de gays.

Heterossexual: pessoa que sente atração e/ou se relaciona com pessoas do sexo oposto.



I Workshop de Atendimento de Saúde aos usuários LGBTI no Enfrentamento da Homoslesbotransfobia

TRANSEXUAIS

É o termo utilizado para designar mulheres transexuais e homens transexuais.

Homens trans: são homens que não se identificam com seus genitais biológicos femininos, nem com suas atribuições socioculturais e, em alguns casos, podem, através de modificações corporais (hormonioterapia e/ou cirurgia de redesignação sexual), exercer sua identidade de gênero masculina de acordo com seu bem estar biopsicossocial. Identificam-se como homens (identidade de gênero) e podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais (orientação sexual).

Mulheres transexuais: são mulheres que não se identificam com seus genitais biológicos masculinos, nem com suas atribuições socioculturais e, em alguns casos, podem, através de modificações corporais (hormonioterapia e/ou cirurgia de redesignação sexual), exercer sua identidade de gênero feminina de acordo com seu bem estar biopsicossocial. Identificam-se como mulheres (identidade de gênero) e podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais (orientação sexual).



Fonte: elaboração própria, 2020.

4 DISCUSSÃO

Na composição deste trabalho os pesquisadores se aliaram aos autores estudados para ratificar a homolebotransfobia, que assim como existe na sociedade, também se mostra presente entre os profissionais de saúde e acadêmicos de enfermagem, demonstrando a necessidade de educações em saúde e instituição de políticas públicas severas para que os profissionais ajam sem discriminação e preconceito diante dos usuários LGBTI. O preconceito foi mencionado por Nogueira e Aragão (2019) como fator dificultador ao ingresso do público LGBT aos serviços de saúde, uma vez que esse acesso já é muito difícil e, quando existe discriminação, essas pessoas são ainda mais afastadas da atenção primária.

Alencar, Alves e Parente (2016) relatam que em diversos momentos quando a população LGBTI procura os serviços de saúde sofre discriminação por parte dos profissionais nas unidades de saúde, gerando uma redução na busca da assistência, devido a condutas inadequadas, constrangimentos, preconceitos ou mesmo ofensas verbais.

A Estratégia de Saúde da Família e Unidade Básica de Saúde (UBS) são consideradas arenas para implementar, monitorar e avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde, considerando o Agente Comunitário de Saúde como peça principal para a palpabilidade dessas políticas (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

Na presente pesquisa o resultado encontrado sobre o conhecimento dos entrevistados acerca da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT, apenas 36,37% da amostra que participou da pesquisa de opinião demonstrou saber da existência da Política, corroborando com a pesquisa realizada por Nogueira e Aragão (2019) com profissionais de saúde e usuários, onde percebeu-se, após análise e comparação das entrevistas, o desconhecimento da existência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, assim como dos direitos garantidos a esse público por meio dessa e de outras políticas no que diz respeito à saúde.

Os profissionais ainda se justificam do fato por ter pouco tempo para conhecer as políticas existentes e para produzir novos modos de cuidado, percebendo-se que o processo de formação na saúde deixa a desejar quando não se preocupa em promover sensibilidade e senso de corresponsabilização ao longo da graduação (NOGUEIRA; ARAGÃO, 2019).

Resultado semelhante encontra-se em estudo realizado por Guimarães *et al.* (2020) com profissionais de enfermagem que quando questionados sobre os conhecimentos adquiridos a respeito da Política Nacional de Saúde Integral e como classificavam seu conhecimento sobre a política, 70% dos entrevistados o classificaram como nulos, dando respostas rápidas e objetivas.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) afirmam que ainda que o Ministério da Saúde se esforce para garantir os direitos de saúde as pessoas trans, seja com formação profissional, qualificação do atendimento ou no monitoramento das ações de saúde, ainda se vê junto ao SUS a necessidade de movimentos e controle sociais para efetivar o respeito a diversidade.

Referente à satisfação dos participantes sobre as temáticas abordadas no Workshop, 66,66% ficaram satisfeitos, afirmando que todos os temas necessários para um atendimento adequado ao usuário LGBT+ foram abordados. Hafeez et al. (2017) afirmam que a falta de treinamento dos profissionais pode perpetuar o preconceito e a discriminação, resultando em cuidados de baixa qualidade e aumento na incidência de doenças e seus fatores de risco, por isso deve-se investir na educação profissional e em diretrizes práticas, para que haja oferta ampla e abrangente, científica e humana a esse grupo populacional.

Ainda nesse questionamento, 33,34% dos participantes citaram sentir a necessidade de alguns assuntos, como: maior abordagem sobre todas as orientações sexuais de acordo com a sigla LGBT+ e questões do âmbito jurídico. Neste aspecto, Paula, Silva e Bittar (2017) destacaram a questão da vulnerabilidade relacionada às leis que asseguram, regulamentam e protegem os direitos da população LGBTI, analisando se a proteção jurídica é forte ou fraca. Considerando forte, a proteção jurídica que abrange as áreas cível, processual, penal, administrativa e trabalhista. E fraca, seriam as que não abrangem as cinco áreas citadas acima.

Conduzindo a refletir que pensar e praticar profissionalmente o cuidado à população LGBTI+ implica necessariamente em considerar sua existência e expressão, conhecer suas necessidades específicas e abordagens apropriadas na formação profissional. Considerar a pluralidade humana em suas variadas possibilidades de expressão é condição precípua para a prática do cuidado em saúde, no que pese a complexidade inerente a estes campos (SANTOS; SILVA; FERREIRA, 2019).

Dos entrevistados no estudo, 78,78% demonstraram sentir-se mais preparado para atender aos usuários LGBT+ após o Workshop, e 72,72% demonstraram pretensão em multiplicar os conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, Santos, Silva e Ferreira (2019) dizem que há que se refletir e colocar nas pautas de debates esse tema, tanto na formação quanto nas atividades de educação permanente nos serviços de saúde, e também nos eventos científicos da área, de modo a considerar a especificidade do contexto de saúde e de vida das pessoas LGBTI+, ampliando a conversação e compartilhando os saberes necessários às práticas de cuidado a serem incorporadas no cotidiano da APS.

Ferreira, Pedrosa, Nascimento (2018), ainda apontam que a população LGBTI experimenta dificuldades em revelar sua identidade de gênero ou orientação sexual com os profissionais de saúde, e o processo de vulnerabilidade em saúde pode elevar a chance de exposição do usuário ao adoecimento por meio de condicionantes individuais, coletivos e contextuais que ocasionam, em maior ou menor grau, suscetibilidade ao adoecer físico e psicológico. Em estudo de Guimarães et al. (2020) a maioria dos participantes afirmam ter o conhecimento sobre identidade de gênero e orientação sexual ofertado na formação acadêmica principalmente durante a abordagem da temática de infecções sexualmente transmissíveis.

A violência psicológica é um problema de saúde pública, que reflete preconceito e hostilidade no que diz respeito a sexualidade. A falta de conhecimento direciona a omissão com que a sociedade encara essa violência, podendo trazer graves consequências, desde desordem mental até mesmo ao homicídio. Percebendo-se a necessidade de que profissionais de saúde saibam atender da melhor forma os usuários transexuais, um público mais vulnerável e com maior risco de sofrer sintomas depressivos e tentativas de suicídio, além de agressões físicas ou psicológicas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016; PIZARRO *et al.*, 2019).

5 CONCLUSÃO

Constatou-se que uma pequena parcela dos participantes, tinham conhecimento acerca da Política de Saúde Integral LGBT, o que é preocupante. Por outro lado, após o Workshop, uma parte mostrou adquirir conhecimento adequado capaz de modificar o cotidiano dos profissionais da saúde no atendimento e acolhimento dos pacientes LGBT+.

Observou-se a necessidade urgente de capacitação dos profissionais de saúde e inclusão acerca da temática nas bases curriculares nas instituições de ensino superior acerca do atendimento aos usuários LGBT+, visto que o direito à saúde, dignidade, equidade e igualdade estão previstos nas políticas públicas de saúde no Brasil. Os atendimentos de saúde devem ser feitos de forma qualificada e humana, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito, visando uma modificação no modo de pensar e agir de todos no momento do acolhimento e na consulta.

Ao considerar que o assunto abordado na educação em saúde é de relevância social, o qual engloba toda a sociedade e o direito ao atendimento de saúde digno, sugere-se que novos estudos sejam realizados acerca deste tema, com o intuito de apresentar novas informações e dados, contribuindo para que a sociedade tenha um conhecimento maior acerca da homofobia e transfobia, inclusive no âmbito do atendimento aos pacientes LGBT+ na saúde.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G.A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.37 n.98, p.516-524, jul/set, 2013.
- ALBUQUERQUE, G.A. *et al.* Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.40, n. 190, p. 100-111, 2016.
- ALENCAR, G.A.; ALVES, D.A.; PARENTE, J.S. Assistência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais Vítimas de Violência nos Serviços de Saúde. **Saúde & Transformação Social**, v.7, n.3, p.36-48, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.
- BITTENCOURT, D; FONSECA, V; SEGUNDO, M. Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. **Revista Conexões PSI**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.60-85, jul/dez, 2014.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimpresso Ministério da Saúde, 2013.
- CARVALHO, S.L; PHILIPP, M.M. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. **Revista Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v.11, n.2, p.83-92, jul/dez, 2013.
- Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília (DF): Centro Gráfico do Senado Federal; 1988.
- FERREIRA, O. B.; PEDROSA, S. I. J.; NASCIMENTO, F.E. Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde. **Revista Brasileira Promoção Saúde**, Fortaleza, v.31, n.1, p.1-10, jan/mar, 2018.
- FILHO, F. M. S; SOUSA, M. L.T. Implicações ético política do corpo travesti nas políticas de saúde. **Revista Sanare Sobral**, v.16, n.01, p.48-57, 2017.
- GONÇALVES, J. R; LUSTOSA, G. R. Análise do conhecimento de enfermeiros relacionado à assistência à população LGBT. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.II, n. 5, ago/dez, 2019.
- GUIMARÃES, N.P. *et al.* Avaliação da Implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 372-85, abr.-jun. 2020.
- GUIMARÃES, R.C.P. *et al.* Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v.11, n.1, p.121-139, 2017.
- HAFEEZ H. *et al.* Disparidades nos cuidados de saúde entre jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros: uma revisão da literatura. **Cureus [Internet]**, v. 9, n. 4, abr. 2017.

MELLO, L.; AVELAR, B.R.; MAROJA, D. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, p.1-24, 2012.

MELLO, L. *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana**, n.9, p.7-28, 2011.

NOGUEIRA, F.J.S.; ARAGÃO, T.A.P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: O que Ocorre na Prática Sob o Prisma de Usuários (as) e Profissionais de Saúde. **Saúde e Pesquisa, Maringá (PR)**. v. 12, n. 3, p. 463-470, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Estigma e discriminação são as principais barreiras à saúde para a população LGBT [Internet]**. Brasília: OPAS, 2019. [Citado 17 Agosto 2020].

PARENTE, J. S.; MOREIRA, F.T.L.S.; ALBUQUERQUE, G.A. Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro. **Revista Salud Pública**, v.20, n.4, p.445-452, 2018.

PAULA, C.E. A.; SILVA, A.P.; BITTAR, C.M.L. Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários. **Revista Ciências &Saúde Coletiva**, v.22, n.12, p.3841-3848, 2017.

PIZARRO, Z. A. *et al.* Cuidados de saúde para pessoas transexuais para não especialistas no Chile. **Revista médica Chile**, v.147, n.1, p.1-9, 2019.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D.C; SIGNORELLI, M.C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.5, p.1509-1520, 2017.

QUERINO, M.S. *et al.* Ações da equipe de enfermagem na implementação da política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais- revisão de literatura. **Revista Científica**, n.1, p.46-58, Jan-jun, 2017.

SANTOS, J.S.; SILVA, R.N.; FERREIRA, M.A. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, 2019.

SILVA, A.K.L.S. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista Nufen**, v.5, n.1, janeiro-julho, p.12-25, 2013.

SILVA, G.W.S. *et al.* Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Cuidado é fundamental [Internet]**. v. 8, n. 1, p. 3725-39, jan-mar, 2019.

TEODORO, P.P.I; FELIPE, S.K.N; TEODORO, P.P.N. Percepção das mulheres homoafetivas frente a assistência de enfermagem na saúde da mulher. **Revista de Psicologia**, v.8, n.22, p.1-15 Fevereiro, 2014.